

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Rio Verde Energia S.A.

31 de março de 2014
com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Rio Verde Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre revisão das demonstrações financeiras intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais	3
Demonstração dos resultados.....	4
Demonstração dos resultados abrangentes	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9



Ed. Vanda Pinheiro
Av. República do Líbano, 1551
4º andar – Setor Oeste
74125-125 – Goiânia, GO, Brasil
Tel: (55 62) 3605-1100
Fax: (55 62) 3605-0130
www.ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Verde Energia S.A.
Curitiba - PR

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Rio Verde Energia S.A. ("Companhia"), em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis significativas e demais notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia estornou o registro do direito e da obrigação contratuais relativos ao Uso do Bem Público – UBP previstos no contrato de concessão com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com o qual não concordamos. Conseqüentemente, em 31 de março de 2014 os saldos do ativo e do passivo estão reduzidos em R\$12.565 e R\$16.740 (R\$15.774 e R\$17.869 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, e o lucro líquido do período está aumentado em R\$2.050 (R\$284 em 31 março de 2013), líquidos de impostos e o patrimônio líquido aumentado em R\$4.175 (R\$2.125 em 31 dezembro de 2013).



Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Verde Energia S.A. em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 17 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-PR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Wagner dos Santos Junior'.

Wagner dos Santos Junior
Sócio - Contador CRC - 1SP216386/0-1-S-PR

Rio Verde Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2014	31/12/2013
Ativos			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.981	240
Contas a receber	5	12.086	10.783
Partes relacionadas	6	18.855	2.877
Aplicações financeiras	7	11.577	12.961
Impostos a recuperar	8	6.001	8.518
Despesas antecipadas		537	485
Outros créditos		505	676
		53.542	36.540
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.597	3.631
Outros créditos		541	533
Imobilizado	10	541.725	547.498
Intangível	11	88	91
		545.951	551.753
Total do ativo		599.493	588.293
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	12	1.526	917
Partes relacionadas	6	1.156	3.512
Empréstimos e financiamentos	13	18.678	18.487
Salários e encargos sociais		159	161
Obrigações fiscais		5.633	6.962
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	7.970	1.566
Dividendos a pagar	15	4.135	4.135
Juros sobre capital próprio	15	5.311	5.292
Outras obrigações	14	9.962	9.559
		54.530	50.591
Passivo não circulante			
Empréstimo e financiamentos	13	254.150	259.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	42.153	42.603
		296.303	302.452
Patrimônio líquido			
Capital social	15	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	15	81.826	82.701
Reserva de lucros		36.834	22.549
		248.660	235.250
Total do passivo e patrimônio líquido		599.493	588.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos resultados

31 de março de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	Notas	31/03/2014	31/03/2013
Receita operacional líquida	16	43.662	35.107
Custos operacionais:			
Salários e encargos sociais		(40)	(44)
Administradores	17	-	(280)
Operação e manutenção		(4.485)	(2.081)
Compra de energia elétrica		(678)	(5.836)
Depreciação		(5.742)	(5.735)
Encargos do setor elétrico		(2.876)	(3.241)
Outros		(139)	-
		(13.960)	(17.217)
Lucro bruto		29.704	17.890
Despesas operacionais:			
Administrativas		(1.527)	(371)
Salários e encargos sociais		(259)	(408)
Depreciação		(31)	(36)
Outras		(432)	(572)
		(2.249)	(1.387)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		27.453	16.503
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		306	220
Despesas financeiras	18	(4.924)	(5.428)
		(4.618)	(5.208)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		22.835	11.295
Imposto de renda e contribuição social correntes		(7.752)	(3.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		416	279
Total do imposto de renda e da contribuição social	9	(7.336)	(3.430)
Lucro líquido do período		15.499	7.865
Lucro por ação básico e diluído – R\$	19	0,2196	0,1114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro líquido do período		15.499	7.865
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		<u>15.499</u>	<u>7.865</u>

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital	Resultado abrangente	Reserva de lucro		Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Ajuste de avaliação patrimonial	Retenção de lucro	Reserva legal		
Em 31 de dezembro de 2012		130.000	86.201	18.468	1.766	-	236.435
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		-	(3.500)	-	-	3.500	-
Dividendos		-	-	-	-	(4.135)	(4.135)
Dividendos adicionais		-	-	(4.694)	-	-	(4.694)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(6.265)	(6.265)
Constituição de reserva legal		-	-	-	870	(870)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.909	13.909
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros		-	-	6.139	-	(6.139)	-
Em 31 de dezembro de 2013	15	130.000	82.701	19.913	2.636	-	235.250
Resultado abrangente							
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído)		-	(875)	-	-	875	-
Dividendos adicionais		-	-	(500)	-	-	(500)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(1.590)	(1.590)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	15.499	15.499
Mutações internas do patrimônio líquido							
Destinação para reserva de lucros		-	-	14.785	-	(14.785)	-
Em 31 de março de 2014	15	130.000	81.826	34.198	2.636	-	248.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	15.499	7.865
Ajustes por itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	5.773	5.769
Amortização	3	2
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.614	4.984
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(416)	(279)
Baixa de bens do imobilizado	-	201
Provisão de IR sobre JSCP	(239)	-
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(1.303)	(252)
Partes relacionadas	(18.334)	(5.606)
Impostos a recuperar	2.517	2.000
Outros ativos	1.497	246
Fornecedores	609	4.292
Obrigações sociais	(2)	(246)
Obrigações fiscais	(1.329)	291
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.404	(1.890)
Outras obrigações	473	388
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	15.766	9.377
Atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do imobilizado	-	(2)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(843)
Atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(500)	-
JSCP pagos	(1.332)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1
Pagamento de juros e principal sobre empréstimos e financiamento:	(10.193)	(10.455)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.025)	(10.454)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.741	1.079
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	240	1.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.981	222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado
31 de março de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2014	31/03/2013
Receitas		48.593	39.056
Receitas relativas à venda de energia		48.593	39.056
Insumos adquiridos de terceiros		(10.494)	(12.209)
Custos aplicados nos ativos próprios		(8.604)	(11.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.890)	(771)
Valor adicionado bruto		38.099	26.847
Depreciação		(5.773)	(5.679)
Amortização		(3)	(2)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		32.314	21.075
Valor adicionado recebido em transferência		306	220
Receitas financeiras		306	220
Valor adicionado total a distribuir		32.629	21.296
Distribuição do valor adicionado		32.629	21.296
Pessoal		247	620
Remuneração direta		190	329
Benefícios		43	270
F.G.T.S.		15	21
Impostos, taxas e contribuições		11.923	7.352
Federais		11.923	7.290
Estaduais		-	18
Municipais		9	44
Remuneração de capitais de terceiros		4.950	5.459
Juros relativos à capitais de terceiros		4.924	5.428
Aluguéis		26	31
Lucros retidos do período		15.499	7.865
Juros sobre capital próprio	15	1.590	1.809
Lucro do período		13.909	6.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde” ou “Companhia”), foi constituída em 22 de julho de 2002, sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado na condição de produtora independente de energia elétrica e tem como objeto social a implantação, a produção, a comercialização de energia elétrica e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto” ou “Usina”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, objeto do Leilão nº 001/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que originou o Contrato de Concessão nº 090/2002 – ANEEL, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A Companhia iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010 com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que define critérios gerais de garantia de suprimento, o novo montante da garantia física de energia da UHE Salto, alterando a energia assegurada de 558.888 MWh/ano para 593.928 MWh/ano.

Como pagamento pelo Uso de Bem Público (“UBP”) para aproveitamento do potencial energético objeto do contrato de concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento do potencial energético da UHE Salto, parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$450 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M - FGV”), a partir de junho de 2002.

A concessão será considerada extinta nos seguintes eventos: termo final do contrato de concessão, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia. Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Companhia, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Em junho de 2007, a Companhia firmou com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) do total da energia assegurada da UHE Salto, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, no período de 16 anos, contados a partir da operação comercial. Conforme anexo II do contrato de compra e venda, o preço inicial é R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M. Em maio de 2011, a Companhia reajustou o preço da energia, sendo o novo preço inicial de R\$166,21 e final de R\$174,14.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2014.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem o pronunciamentos o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis intermediárias, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e cobertura de seguros não foram auditados.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias. Cabe ressaltar que não houve alterações nas principais práticas contábeis no período.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Disponibilidades	<u>3.981</u>	<u>240</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

5. Contas a receber

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Votorantim Comercializadora de Energia - Votener (i)	<u>10.057</u>	10.049
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (ii)	<u>2.977</u>	1.682
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(948)</u>	(948)
	<u>12.086</u>	<u>10.783</u>

(i) Venda de energia elétrica realizada no mês de março de 2014 à Votener conforme Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em junho de 2007 pelo preço de R\$206,40 MW/h.

(ii) O montante a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no valor de R\$948, refere-se ao reembolso de energia elétrica adquirida no mês de agosto de 2010 em consequência da paralisação da operação por orientação da Operadora Nacional do Sistema – ONS por motivo de intervenção em linhas de transmissão da rede básica. A aquisição de energia foi realizada para compor o lastro de energia vendida à Votener de acordo com o Contrato de Compra e Venda de energia Elétrica.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A Vencer	<u>10.057</u>	10.049
Vencidas até 30 dias	<u>2.029</u>	734
Vencidas acima de 121 dias	<u>948</u>	948
	<u>13.034</u>	<u>11.731</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber--Continuação

A movimentação da provisão para devedores duvidosos

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo Inicial	(948)	(948)
Constituições de provisão	-	-
Recuperação/ Utilização	-	-
	<u>(948)</u>	<u>(948)</u>

A Companhia tem como procedimento efetuar a provisão para perda do valor recuperável quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente respectivamente e respectivas garantias oferecidas.

6. Partes relacionadas

Os saldos de transações mantidas com empresas ligadas podem ser assim sumarizados:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Rio Canoas Energia S.A. (i)	14.665	-	-	-
Rio Claro Operações e Manutenção S.A. (ii)	4.190	2.877	996	1.081
Triunfo Negócio de Energia – TNE (iii)	-	-	-	2.188
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	-	-	160	-
Outros	-	-	-	243
	<u>18.855</u>	<u>2.877</u>	<u>1.156</u>	<u>3.512</u>

(i) A Companhia firmou com a Rio Canoas Energia S.A. o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica do total de 77.185 MWh para o período de janeiro a março de 2014 a preço fixo de R\$190,00.

(ii) Refere-se ao adiantamento do contrato de Operação e Manutenção com a Rio Claro Ltda, tal saldo será compensado com os serviços prestados no decorrer do ano de 2014.

(iii) A Companhia possui acordo de compra e venda de energia com a Triunfo Negócio de Energia S.A., para suprir a falta ou a sobra de energia sazonalizada.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições similares aquelas, quanto a prazos, preços e condições, que seriam realizadas com terceiros.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Aplicações financeiras

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações vinculadas - Banco Itaú Reserva da dívida BNDES		
(i)	11.577	12.298
Aplicação - Banco Itaú – CDB	-	663
	<u>11.577</u>	<u>12.961</u>

(i) Conforme descrito na Nota 13, parte do faturamento da Companhia é retido para pagamento do principal e juros do financiamento do BNDES. A parcela retida é aplicada em fundos de renda fixa pós fixados sendo o saldo em 31 de março de 2014 de R\$11.577 (R\$12.298 em 31 de dezembro de 2013).

8. Impostos a recuperar

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS a recuperar	6.001	8.506
Outros	-	12
	<u>6.001</u>	<u>8.518</u>

Em janeiro de 2011, a Companhia contratou consultoria especializada para identificação e validação dos créditos tributários do PIS e COFINS que incidiram nas aquisições de bens e serviços de fornecedores nacionais incorporados na rubrica “Ativo Imobilizado”.

Os trabalhos foram conduzidos de acordo os Incisos VI e VII do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não-cumulativo.

Em 31 de janeiro de 2011, a Administração da Companhia com base nos trabalhos realizados pela consultoria reclassificou o montante de R\$32.005 da rubrica “Ativo Imobilizado” referente aos créditos tributários, sendo R\$5.709 do PIS e R\$26.296 da COFINS. Os mesmos foram registrados na rubrica “Impostos a recuperar” e são monetizados proporcionalmente em 1/48 conforme legislação tributária vigente.

9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferidos, detalhado a seguir, é revisado trimestralmente pela Companhia.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda diferido ativo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	2.796	2.796
(-) Realização das despesas – CPC 27	(397)	(363)
Provisão para devedores duvidosos	237	237
	2.636	2.670
Contribuição social diferida ativa sobre:		
Diferenças temporárias:		
Imobilizado - Descapitalização de despesas – CPC 27	1.007	1.007
(-) Realização das despesas – CPC 27	(131)	(131)
Provisão para devedores duvidosos	85	85
	961	961
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	3.597	3.631
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de renda diferido passivo sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	30.994	31.326
	30.994	31.326
Contribuição social diferida passiva sobre:		
Diferenças temporárias:		
Custo atribuído ao ativo imobilizado – ICPC 10	11.159	11.277
	11.159	11.277
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	42.153	42.603

As análises da Administração da Companhia indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no período de três meses findo em 31 de março de 2014.

Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro antes da tributação	22.835	11.295
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	7.76	3.840
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Reconhecimento dos impostos diferidos	(416)	(279)
Depreciação do custo atribuído	450	450
Juros sobre capital próprio	(541)	(1.809)
Despesas indedutíveis	9	614
Outras	70	614
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>7.336</u>	<u>3.430</u>
Alíquota efetiva	32%	30%

Os ativos e passivos relacionados ao imposto de renda e contribuição social correntes são:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos por antecipações de:		
Imposto de renda	964	3.035
Contribuição social	563	1.664
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação	3	173
	<u>1.530</u>	<u>4.872</u>
Valores a recolher de:		
Imposto de renda	(6.911)	(4.420)
Contribuição social	(2.054)	(1.665)
Imposto de renda e contribuição social estimativa	(535)	(353)
	<u>(9.500)</u>	<u>(6.438)</u>
Valor líquido a recolher	<u>(7.970)</u>	<u>(1.566)</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Em serviço administrativo		Em operação – UHE					Total
	Edificações	Outros imobilizados	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros imobilizados	
Custo								
Em 31 de dezembro de 2012	260	842	321.914	210.801	51.159	39.780	966	625.722
Adições	-	3	-	-	642	-	-	645
Baixas	-	-	-	-	-	-	(966)	(966)
Em 31 de dezembro de 2013	260	845	321.914	210.801	51.801	39.780	-	625.401
Em 31 de março de 2014	260	845	321.914	210.801	51.801	39.780	-	625.401
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2012	(48)	(400)	(27.976)	(19.313)	(3.798)	(3.295)	-	(54.830)
Despesa de depreciação	(10)	(116)	(11.741)	(7.721)	(2.044)	(1.441)	-	(23.073)
Em 31 de dezembro de 2013	(58)	(516)	(39.717)	(27.034)	(5.842)	(4.736)	-	(77.903)
Despesa de depreciação	(3)	(28)	(2.987)	(1.901)	(486)	(368)	-	(5.773)
Em 31 de março de 2014	(61)	(544)	(42.704)	(28.935)	(6.328)	(5.104)	-	(83.676)
Valor residual líquido:								
Em 31 de março de 2014	199	301	279.210	181.866	45.473	34.676	-	541.725
Em 31 de dezembro de 2013	202	329	282.197	183.767	45.959	35.044	-	547.498

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

A Administração da Companhia com base na interpretação da Lei 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2011 passou a depreciar os ativos que integram a Usina utilizando as Taxas da ANEEL, ou o prazo de concessão, dos dois o menor, em que pese a legislação e o contrato prever a possibilidade da renovação da concessão. A alteração da vida útil foi adotada de forma prospectiva conforme estabelece o CPC 23.

Custo atribuído (Deemed Cost)

	Ativos UHE Salto - Rio Verde	IR diferido passivo (Nota 9)	Ajuste avaliação patrimonial (Nota 15)
Saldo em 31/12/2012	130.607	(44.406)	(86.201)
Depreciação do exercício	(5.301)	1.803	3.500
Saldo em 31/12/2013	125.306	(42.603)	(82.701)
Depreciação do período	(1.326)	450	875
Saldo em 31/03/2014	123.980	(42.153)	(81.826)

Aplicação do custo atribuído ("deemed cost")

A Administração da Companhia, considerando as opções do CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, decidiu, atribuir um novo valor ("deemed cost") para os itens do ativo imobilizado. A Administração da Companhia contratou consultoria especializada para elaborar a avaliação do valor justo do seu ativo imobilizado com base em fluxo de caixa descontado, sendo o valor apurado no laudo de avaliação atribuído como o novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial dos CPCs.

O ajuste ao custo atribuído foi alocado proporcionalmente aos ativos da Usina em 31 de dezembro de 2008.

Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Em 31 de março de 2014, os bens vinculados à concessão somam o montante de R\$541.725 (R\$547.498 em 31 de dezembro de 2013) e o prazo da concessão conforme descrito na Nota 1 é de 35 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que foi em 22 de julho de 2002.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Reclassificação dos créditos tributários - PIS e Cofins

Durante o primeiro trimestre de 2011, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS registrado na rubrica "Ativo Imobilizado", conforme descrito na Nota 8, e passou a registrar o imobilizado líquido de créditos de PIS e COFINS, com contrapartida registrada na rubrica de impostos a recuperar quando aplicável.

11. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Softwares</u>	<u>Total</u>
Custo		
Em 31 de dezembro de 2012	87	87
Adições	33	33
Em 31 de dezembro de 2013	120	120
Adições	-	-
Em 31 de março de 2014	120	120
Amortização		
Em 31 de dezembro de 2012	(19)	(19)
Em 31 de dezembro de 2013	(10)	(10)
Despesa de amortização do período	(3)	(3)
Em 31 de março de 2014	(32)	(32)
Valor residual líquido:		
Em 31 de março de 2014	88	88
Em 31 de dezembro de 2013	91	91

12. Fornecedores

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	297	-
Tarifa do Uso de Sistema de Transmissão – TUST	758	797
Fornecedor de Serviços de Materiais	471	120
	<u>1.526</u>	<u>917</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
BNDES (a)	276.320	281.898
Custos com captação de empréstimos e financiamentos	(3.492)	(3.562)
Total de empréstimos sujeitos a juros	272.828	278.336
Passivo circulante	18.678	18.487
Passivo não circulante	254.150	259.849

(a) BNDES

Em 10 de setembro de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que prevê a liberação de R\$289.700 destinados a implantação da UHE Salto, bem como o sistema de Transmissão associado a usina, dividido assim em dois sub-créditos nos respectivos valores de R\$277.937 e de R\$11.763.

As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “spread” de risco definidos em 1,81% ao ano, equivalente a 0,1496% ao mês.

Em 27 de outubro de 2009, foi aprovado pelo BNDES o crédito suplementar ao financiamento, no valor de R\$23.184. As condições estabelecidas para a amortização da dívida é de 192 meses, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2010, atualizada pela taxa de juros a longo prazo – TJLP acrescida de remuneração básica e “spread” de risco definidos em 2,16% ao ano, equivalente a 0,1782% ao mês.

Durante o 1º trimestre de 2014, a Companhia pagou R\$5.512 de principal e R\$4.681 de juros conforme cronograma de pagamentos definidos em contrato.

As garantias consistem no (i) penhor dos Direitos Emergentes da Concessão; (ii) penhor dos direitos Creditórios sobre o PPA firmado com a Votener, descrito na Nota 1 e (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, tendo seus acionistas como intervenientes no contrato. Adicionalmente, em atendimento ao disposto na cláusula 11ª, item XXXII, do contrato firmado com o BNDES, a Companhia encontra-se em conformidade com exigências estabelecidas no mesmo.

Em 1º de dezembro de 2008, a Companhia firmou com o BNDES um contrato de Administração de Contas e outras Avenças para constituir a conta reserva da dívida e de operação e manutenção, a partir da receita proveniente dos contratos de comercialização, formada pela retenção de 35% do recebimento das faturas, sendo esta reserva registrada na rubrica “aplicações financeiras vinculadas”, conforme Nota 7.

O cronograma de amortização do financiamento em 31 de março de 2014 está assim distribuído:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2014	16.536
2015	22.044
2016	22.044
2017	22.044
2018	22.044
A partir 2019	171.608
	<u>276.320</u>

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outras obrigações

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Encargos regulatórios	2.736	2.316
Uso do Bem Público	94	94
Arrendamento mercantil	6	23
Outras obrigações (i)	7.126	7.126
	<u>9.962</u>	<u>9.559</u>

(i) O montante de R\$7.126 (R\$7.126 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a garantia do financiamento de longo prazo junto ao BNDES conforme descrito na Nota 13.

15. Patrimônio líquido

Capital social

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social autorizado é de R\$130.000.

Em 30 de junho de 2008, foi firmado o Acordo de Acionistas entre a Triunfo e a Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, que estabeleceu as seguintes determinações:

- i. A CBA garantirá o financiamento de longo prazo junto ao BNDES a ser obtido pela Companhia, e terá o direito de fiscalizar e acompanhar a execução das obras necessárias à implantação da UHE Salto;
- ii. Transferência gratuita da Triunfo para a CBA de 1 (uma) ação ordinária nominativa de emissão da Rio Verde, conforme apresentada no parágrafo anterior. Esta transferência tem caráter resolúvel e transitório, pela qual se reputará extinta se verificadas as seguintes condições:
 - a) No início do fornecimento de energia, conforme contrato firmado de Compra e Venda de Energia com a Votener ou caso ocorra a substituição da garantia outorgada pela CBA perante ao BNDES, com desoneração desta;
 - b) Caso o BNDES venha no prazo de 90 dias contados da data de assinatura deste acordo deixar de aprovar ou celebrar o contrato de abertura de crédito com a Companhia.
- iii. A CBA terá o direito, mas não a obrigação, de aportar diretamente na Rio Verde os valores necessários para a continuidade das obras de implantação da UHE Salto, com a obrigação da Triunfo de transferir as ações integralizadas pela CBA, para o nome desta, caso encontrem-se já subscritas pela Triunfo Participações e Investimentos;
- iv. A CBA terá o direito de preferência na aquisição das Ações da Rio Verde, detidas pela Triunfo, caso esta pretenda transferi-la a terceiros desde de que se manifeste o interesse no período de 30 dias;

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido—Continuação

Capital social--Continuação

- v. Ficam assegurados à Triunfo amplos poderes de controle e gerenciamento da Rio Verde e das atividades para a implantação da UHE de Salto, conforme determina a Lei nº 6.404/76 e o estatuto da Companhia.
- vi. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

Em 24 de novembro de 2009, a Companhia aumentou o capital mediante a emissão de 16.129.032 ações ordinárias, emitidas ao preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), no montante de R\$30.000, totalmente integralizadas por conversão de adiantamento para futuro aumento de capital.

Dessa forma, em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão subscritas e integralizadas 1.500.000 ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$1,00 (um real) e 69.086.020 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$1,86 (um real e oitenta e seis centavos), sendo a distribuição das ações da seguinte forma:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	70.586.015
Membros do Conselho de Administração	4
Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)	1
	<hr/>
	70.586.020

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A., a Administração da controladora tomou a decisão de alienar sua participação na controlada Rio Verde Energia S.A..

Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$143.194, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida a patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens a ela vinculados. Vide detalhes na nota 10. Em 31 de março de 2014, o ajuste ao custo atribuído no patrimônio líquido, líquido dos impostos diferidos, é de R\$81.826 (R\$82.701 em 31 de dezembro de 2013).

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme legislação societária.

Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio

No exercício de 2013 foram deliberados a distribuição de lucros (dividendos obrigatórios 25%) e pagamento de juros sobre capital próprio aos quotistas. Os juros foram calculados com base a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP.

Os dividendos mínimos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados no balanço patrimonial como dividendos a pagar no montante de R\$4.135.

No exercício de 2013 a Companhia aprovou o pagamento de R\$8.000 na forma de dividendos adicionais, conforme Ata de Reunião dos Membros do Conselho de Administração, datada em 20 de outubro de 2013; sendo efetivamente pagos durante o ano de 2013 o valor de R\$4.694 e no 1º trimestre de 2014 o valor de R\$500.

Atendendo a legislação fiscal, o montante dos juros sobre capital próprio em 31 de março de 2014 é de R\$5.311 (R\$5.292 em 31 de dezembro de 2013) líquidos de

Distribuição de lucros e pagamento de juros sobre capital próprio

imposto de renda retido na fonte, foram registrados como despesa financeira. No entanto, para efeito desta demonstração financeira, estes juros são apresentados como distribuição de lucro líquido no patrimônio líquido conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O saldo remanescente do lucro apurado em 2013 foi mantido na conta de lucros acumulados no patrimônio líquido e será distribuído assim que os sócios determinarem.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

	31/03/2014	31/03/2013
Receita bruta de vendas	48.593	39.056
Votorantim Comercializadora de Energia - Votoner	29.267	27.649
Triunfo Negócios de Energia S.A.	-	11.140
Rio Canoas Energia S.A	14.665	-
Receita energia MRE-CCEE	4.662	267
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas)	(4.494)	(3.599)
(-) Encargos Setoriais – P&D	(438)	(350)
	43.662	35.107

17. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros, e cada um possui uma ação ordinária. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

Não existe na Companhia plano de bonificação adicional aos honorários dos membros do Conselho de Administração ou da diretoria executiva. Não ocorreram remunerações a diretores no ano de 2014 (R\$280 em 31 de março de 2013).

18. Resultado financeiro

	31/03/2014	31/03/2013
Receita financeira:		
Rendimento de aplicação financeira	306	220
Despesa financeira:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.614)	(4.984)
Outros juros, multas e atualizações	(240)	(374)
Comissão garantia	(70)	(70)
	(4.618)	(5.208)

19. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Até 31 de março de 2014 e no ano de 2013, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e o diluído são similares.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação--Continuação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	15.499	7.865
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>70.586.020</u>	70.586.020
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	<u>0,2196</u>	<u>0,1114</u>

20. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, concluiu que não existe necessidade de constituir provisão, uma vez que, não há perdas prováveis significativas esperadas no desfecho das ações em curso.

21. Instrumentos financeiros

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

21.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado.

Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1 Considerações gerais--Continuação

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3.981	240	3.981	240
Contas a receber, liquidas	12.086	10.783	12.086	10.783
Aplicações financeiras	11.577	12.961	11.577	12.961
	27.644	23.984	27.644	23.984
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	276.320	281.898	276.320	281.898
Fornecedores	1.526	917	1.526	917
	277.846	282.815	277.846	282.815

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. As contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES e CDI para aplicações financeiras.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com BNDES na data base de 31 de março de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de março de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2014 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1 Considerações gerais--Continuação

a) Análise da sensibilidade dos passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Financiamentos - BNDES		13.816	17.270	20.724
Taxa sujeita à variação	TJLP	5,0%	6,25%	7,5%
R\$276.320*				

* Saldos em 31 de março de 2014

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

21.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e empresas privadas. As vendas são efetuadas por meio de contratos, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa do contrato vigente com Votener, conforme descrito na Nota 1 é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio do contrato (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (CCEE).

Risco de crédito

As vendas de energia estão garantidas e asseguradas pelo poder concedente, conforme descrito na Nota 1.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.2 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

Risco de preço

A venda da energia assegurada está vendida para Votener no período de 16 anos. O valor do preço desse contrato (preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MW/h) é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Risco de taxas de juros e indexadores

O principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a TJLP + 1,81% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de atualização.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estavam ajustadas pelo valor das quotas desses fundos.

Risco hidrológico

Risco associado à escassez de água destinada à geração de energia. O Sistema Interligado Nacional (SIN) é atendido por 85% de geração hidráulica. Para atenuar estes riscos, foi criado o MRE que é um mecanismo financeiro de compartilhamento entre as regiões do SIN dos riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadamente pelo ONS.

É importante ressaltar que o risco é sistêmico, ou seja, haverá efetivo risco às empresas que possuem usinas hidroelétricas quando o sistema como um todo estiver em condição hidrológica desfavorável e não apenas a região onde estas usinas estão localizadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Rio Verde Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

31 de março de 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.3 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções efetuar pagamentos de dividendos e retorno de capital aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e aplicações financeiras.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	276.320	281.898
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(3.981)	(240)
(-) Aplicações financeiras	(11.577)	(12.961)
Dívida líquida	260.762	268.697
Patrimônio líquido	248.660	235.250
Alavancagem	104,87%	114,22%

22. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância assegurada (i)</u>
Responsabilidade civil (operação)	10.000
Riscos operacionais	330.000

- (i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.